

**TEMPO INTEGRAL E EDUCAÇÃO INTEGRAL NO ENSINO
FUNDAMENTAL: UMA PESQUISA NO ÂMBITO DO OBSERVATÓRIO DA
EDUCAÇÃO (CAPES/INEP)**

*Lígia Martha Coimbra da Costa Coelho
Janaína Specht da Silva Menezes
Nailda Marinho da Costa Bonato
(PPGEdu / UNIRIO)*

No meio acadêmico, já são conhecidos os incentivos à pesquisa que a Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior / CAPES concede, anualmente, no sentido de incrementar, cada vez mais, as investigações científicas nacionais nos mais diversos campos de atuação.

Também é fato reconhecido o volume de dados que o Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira / INEP vem acumulando nos últimos anos, entre eles, resultados de grandes avaliações de desempenho educacional, em âmbito nacional, como o ENEM; o SAEB; o Educacenso; a Prova Brasil e, mais recentemente, a Provinha Brasil e o IDEB.

O que nos leva a apresentar este artigo é o fato desses dois órgãos governamentais terem se unido em torno de um Programa de fomento - o *Observatório da Educação* -, que objetiva o desenvolvimento de pesquisas no campo específico da educação tendo, como uma das normas, “a utilização dos dados estatísticos educacionais produzidos pelo INEP como subsídio ao aprofundamento de estudos sobre a realidade educacional brasileira”¹.

Essa parceria, instituída por meio do Decreto Presidencial nº 5.803/2006 objetiva, também, o crescimento da produção acadêmica e o incentivo à formação de pós-graduandos, tanto da área da Educação quanto de áreas afins, que desenvolvam pesquisas no campo educacional. Pressupõe, ainda, o envolvimento dos Programas de Pós-Graduação e a inclusão de mestrandos e/ou doutorandos nos grupos de pesquisa que se constituem em torno de Editais a serem divulgados periodicamente.

A parceria, em seu primeiro Edital, contemplou vinte e oito (28) das oitenta e quatro (84) propostas apresentadas, oriundas de vários estados do país. Um dos projetos

¹ Conforme consta na *homepage* do INEP.

recomendados denomina-se *Tempo Integral e Educação Integral no Ensino Fundamental*², e foi elaborado pelas professoras Dras. Lígia Martha Coimbra da Costa Coelho; Nailda Marinho da Costa Bonato e Janaína Specht da Silva Menezes (PPGEdu/UNIRIO), que apresentam este artigo.

Levando em consideração a temática de estudo desse grupo de professoras - educação em tempo integral – a proposta de pesquisa apresentada à época teve, como meta, o uso e a análise de dados estatísticos educacionais relacionados à educação em tempo integral, especialmente aqueles existentes nas Bases de Dados do INEP, e associados ao desempenho dos sistemas e aos determinantes da qualidade de ensino.

O estudo vem se desenvolvendo no âmbito do *Núcleo de Estudos – Tempos, Espaços e Educação Integral*³ - NEEPHI - e do *Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira* – NEPHEB, ambos alocados na Escola de Educação da UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, e vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado (PPGEdu/UNIRIO), da mesma instituição⁴.

A pesquisa nasceu do nosso interesse em trabalhar com o tema do tempo escolar e da(s) concepção(ões) de educação, ao longo da História da Educação Brasileira. Instiga-nos a investigação acerca da relação que se estabelece entre o tempo enquanto construção sócio-histórica e cultural e o tempo *pedagógico*, aquele que é absorvido na/pela escola, em termos de indicadores educacionais no ensino fundamental, notadamente nos anos iniciais.

Chama-nos a atenção a relação estabelecida entre a ampliação do tempo escolar e uma educação que é entendida como integral, mas que não implica, necessariamente, a qualidade de ensino esperada. Esse interesse aumenta, então, na medida em que percebemos que nem sempre a extensão quantitativa do tempo, na escola, resulta em uma extensão igualmente qualitativa desse tempo. Em outras palavras, os nossos estudos vêm indicando que a extensão quantitativa funda-se mais em atividades esparsas, relacionadas às funções ampliadas da escola, do que no

² Cf. www.inep.gov.br/observatoriodaeducacao

³ O NEEPHI, formado por pesquisadores da UNIRIO, UFRJ e UERJ/São Gonçalo, congrega atividades de ensino, de pesquisa e de extensão relacionadas à temática em questão – Educação Integral e(m) Tempo Integral, e possui um sítio em que essas atividades são divulgadas: www.unirio.br/cch/neephi

⁴ O Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIRIO é um programa novo, cujas linhas congregam, entre outras temáticas, a de *concepções e práticas de educação integral e(m) tempo integral*, na qual se inserem vários mestrados.

próprio interesse em construir uma educação integral, ou melhor dizendo, uma formação completa, que amplie os horizontes educativos dos estudantes, visando sua constituição como cidadãos mais partícipes e críticos⁵.

Este tema - a relação tempo integral com educação integral e sua implicação na qualidade do ensino – ainda é pouco pesquisado na academia. No entanto, verificamos, em termos de realidade brasileira, que a demanda pelo tempo integral, especificamente, apresenta um forte componente legal, haja vista sua inclusão na LDB 9394/96:

Art.34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

Art.87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei [...]
5º. Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral.

Por outro lado, a cada ano eleitoral, mais e mais candidatos se posicionam a favor da *educação de qualidade* e, não raras vezes, a relacionam à necessidade de *implantação do tempo integral como política pública que a evidencie*. Ainda nesse sentido, podemos destacar algumas ações de governos estaduais e municipais, implantando programas educacionais em que a questão do tempo aparece como foco⁶.

As evidências apresentadas no parágrafo anterior nos levaram, entre outras, às seguintes questões: Como vem se dando, historicamente, a relação *tempo integral, educação integral e qualidade*? Atualmente, que escolas públicas possuem uma política de ampliação do tempo escolar, e como essas instituições *trabalham* esse tempo? De que *tempo integral* falam essas políticas públicas? Que concepção de tempo escolar subjaz às propostas apresentadas? Que estimativas, ou estudos temos em relação à conjugação tempo integral / educação integral na escola básica, especificamente nos anos iniciais do ensino fundamental, visando políticas públicas de avanço qualitativo

⁵ Em uma abordagem que privilegia a ciência política, podemos dizer que existem concepções diferentes de Educação Integral, ou seja, há posições mais conservadoras, mais liberais, ou mais socialistas que dimensionam uma formação completa para o homem. Nesse sentido, ver Gallo (1995a;1995b), Teixeira (1999), Coelho & Cavaliere (2002).

⁶ Quanto a essa questão, verificar programas como o *Escola Pública Integrada (EPI)*, no estado de Santa Catarina; o Programa *Aluno em Tempo Integral*, do governo de Minas Gerais, ou ainda o *Escola de Tempo Integral*, no município de Palmas (Tocantins), entre outros.

da educação? Que critérios nortearão essa relação, no sentido de verificar essa *qualidade*, a partir do desempenho dos alunos?

A pesquisa em andamento propõe, como meta, algumas respostas a essas questões, tanto do ponto de vista teórico – reflexão acerca das categorias *educação integral*, *tempo integral*, *qualidade de ensino* – quanto do ponto de vista metodológico – encaminhamento de ações que visam apreender, por meio de dados estatísticos trabalhados quanti- qualitativamente, a eficácia de políticas públicas implantadas com a finalidade de oferecer, em escolas públicas do ensino fundamental, uma educação integral em tempo integral.

A investigação objetiva, assim, (1) identificar e historiar concepções e práticas de educação integral em tempo integral, ao final do século XIX e ao longo do século XX; (2) identificar e descrever concepções e práticas de educação integral em tempo integral evidenciadas nas políticas públicas dos municípios/escolas pesquisados (período 2001-2006); (3) analisar indicadores da educação integral e(m) tempo integral implantados nos municípios/escolas pesquisados, a partir dos critérios de *desempenho* e do *ethos escolar* e (4) comparar dados pertinentes às atividades pedagógicas e/ou sociais, culturais e de ensino das escolas de tempo regular com as das escolas de tempo integral.

Metodologicamente, trabalhamos com a pesquisa e análise bibliográfica acerca (a) das concepções de educação integral e de tempo integral; (b) da legislação pertinente à temática e (c) dos indicadores educacionais selecionados para o estudo.

O estudo, que vem se realizando desde 2007 proporcionou, durante um ano, duas bolsas, em nível de Mestrado, aos alunos do PPGEdU/UNIRIO, Bruno Adriano Rodrigues da Silva⁷ e Maria Zélia Maia de Souza⁸, que defenderam suas dissertações no mês de fevereiro de 2008. Podemos citar ainda, como resultados parciais, a elaboração de artigos publicados em livros e periódicos⁹ e trabalhos

⁷ SILVA, Bruno Adriano Rodrigues da. *Escola de tempo integral e comunidade: história do Programa de Animação Cultural nos CIEPs*. Rio de Janeiro, PPGEdU/UNIRIO, 2008. Orientadora: Lígia Martha Coimbra da Costa Coelho

⁸ SOUZA, Maria Zélia Maia de. *Educar, trabalhar, civilizar no Asilo de Meninos Desvalidos (1875-1894): Caminhos possíveis*. Rio de Janeiro: PPGEdU/UNIRIO, 2008. Orientadora: Nailda Marinho da Costa Bonato

⁹ Por exemplo, COELHO, Lígia Martha C. da C. *Tempo em uma instituição moderna: a escola*. In: Desafios da educação básica. A pesquisa em educação. Vitória: EDUFES, 2007. BONATO, Nailda Marinho da Costa e COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa. *Concepções de educação integral na década de 30: as teses do II Congresso Internacional Feminista - 1931*.

apresentados em eventos da área, nacionais e internacionais¹⁰, basicamente relacionados ao primeiro e segundo objetivos.

No ano de 2007, mais precisamente no mês de novembro realizamos, nas dependências da UNIRIO, o *I Seminário Nacional – Educação em Tempo Integral*, que comportou, dentre outras atividades, mesas-redondas e visitas a escolas de tempo integral do município do Rio de Janeiro. O evento contou com a participação de professores e alunos de diferentes regiões do país, o qual possibilitou, ainda, por meio da apresentação dos pôsteres, a realização de um levantamento inicial de algumas experiências de jornada ampliada que vêm sendo implantadas em municípios brasileiros.

No momento, estamos nos debruçando sobre o terceiro objetivo de nosso estudo, que compreende a captação e análise de dados sobre educação em tempo integral existente na Base de Dados do INEP. No entanto, como a temática em questão não se constituía enquanto objeto de investigação deste Instituto, há poucos dados sobre a mesma. Levando em conta esta lacuna, estamos analisando os instrumentos do Educacenso, mais precisamente os que compõem os anos de 2001 a 2006, com vistas a captar indicadores que nos possibilitem realizar inferências sobre a educação em tempo integral.

Em síntese, avaliamos que o estudo apresentado é atual e relevante, principalmente porque, hoje em dia, há várias políticas públicas voltadas para sua implantação como, por exemplo, em nível federal, o Programa Mais Educação¹¹ e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)¹², presentes no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Publicatio UEPG. Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes, Ponta Grossa: Editora UEPG, 15 (2), 17-23, dez.2007.

¹⁰ Por exemplo, COELHO, L.M.C.C e MENEZES, J.S.S. *Tempo integral no ensino fundamental: ordenamento jurídico-constitucional em questão*. Trabalho apresentado na 30ª. Reunião Anual da ANPEd, 2007; MENEZES, J.S.S. *Políticas públicas, tempo e escola*. Palestra em mesa redonda, durante o I Seminário Nacional – Educação em Tempo Integral.

¹¹ Instituído pela portaria normativa interministerial nº- 17, de 24 de abril de 2007, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar.

¹² Instituído pela Lei nº 11.494/2007.

Referências Bibliográficas

COELHO, Lígia Martha C. da Costa e **CAVALIERE**, Ana Maria (Orgs). *Educação Brasileira em Tempo Integral*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

COELHO, Lígia Martha C. da Costa. *Educação integral nos anos 30: movimentos e seus discursos*. Trabalho apresentado no X Congresso Luso Brasileiro de História da Educação. Uberlândia, MG: 2006.

GALLO, Sílvio. *Educação anarquista*. Piracicaba, SP: UNIMEP, 1995 a.

GALLO, Sílvio. *Pedagogia do risco*. Piracicaba: UNIMEP, 1995 b.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Rio de Janeiro: Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado do Rio de Janeiro, s/d.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Brasília, MEC, 2007.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação não é privilégio*. Rio de Janeiro: EDUF RJ, 1999.